HORAS *IN ITINERE*: O que muda após o advento da Reforma Trabalhista?

HOURS IN ITINERE: What happens after the advent of Labor Reform?

KADINE LAIZE CORRÊA*

RESUMO: O presente trabalho visa a conceituar o instituto das horas *in itinere* no campo do Direito laboral. Esclarece o que vem a ser local de difícil acesso no que tange à concessão das referidas horas no cômputo da jornada de trabalho. Correlaciona o fornecimento de transporte pelo empregador ao empregado ao local da prestação de serviços, diferenciando-o do transporte prestado pelo Poder Público. Neste ínterim, contextualiza a sua aplicação nos casos concretos a partir da análise das modificações legislativas ocorridas a partir da promulgação da Lei 13.467/2017 (Lei da Reforma Trabalhista) e suas consequências no ordenamento jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: Direito do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas *in itinere*. Reforma Trabalhista.

ABSTRACT: The present work aims to conceptualize the institute of hours *in itinere* in the field of Labor Law. Clarifies what is difficult to access in terms of the granting of these hours in the calculation of the working day. Correlates the provision of transportation by the employer to the employee at the place of provision of services, differentiating it from the transport provided by the Government. In the meantime, it contextualizes its application in concrete cases based on the analysis of the legislative changes that have occurred since the enactment of Law 13467/2017 (Labor Reform Law) and its consequences in the legal system.

KEY WORDS: Labor law. Working day. *In itinere* hours. Labor Reform.

* Mestre em Direito Sociais pela FADISP - São Paulo. Especialista em Mediação e Negociação de Conflitos pela UCLM - Espanha - Toledo. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela UNESA- Rio de Janeiro. É Analista Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. E-mail: kadine.correa@trt4.jus.br.

SUMÁRIO: 1 Introdução; 2 Terminologia e conceito das horas *in itinere*; 2.1 Local de difícil acesso; 2.2 Transporte público regular; 2.3 Transporte fornecido pelo empregador; 3 A Reforma Trabalhista e a flexibilização das horas *in itinere*; 4 Considerações finais; Referências.

Data de submissão: 20.07.2018

Data de aprovação: 28.08.2018

1 INTRODUÇÃO

O advento da Reforma Trabalhista veio a regulamentar diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - mais de 100 -, dentre eles, o instituto das horas *in itinere*. O cômputo das horas passou a não mais vigorar no ordenamento jurídico pátrio.

Para facilitar o estudo do tema, faz-se necessária uma análise abrangente do instituto, passando por sua origem, conceituação e requisitos. Após, cabe o debate acerca da recente mudança legislativa e o seu reflexo jurisprudencial na aplicação do Direito.

2 TERMINOLOGIA E CONCEITO DAS HORAS IN ITINERE

Rodrigo Inocente Sasso (2015, p. 84-91) busca a origem latina do vocábulo, *itinere*, que significa caminho, percurso rota ou via. Esclarece, igualmente, que a doutrina trabalhista utiliza os termos jornada itinerária, trajeto de ida e volta, horas de percurso, transporte, trajeto, etc, mas, todas fazem alusão ao tempo gasto no trajeto de ida e volta ao trabalho situado em local de difícil acesso.

Ao longo do tempo a jornada de trabalho passou a incorporar esse tempo despendido pelos empregados. A complexidade das relações de trabalho flexibilizou e cresceu ao conceito legal de horas laboradas no centro de trabalho as horas de percurso ao local onde as empresas se situam.

A fixação da jornada deve estar prevista no contrato de trabalho celebrado entre as partes, não podendo, todavia, ultrapassar os limites estabelecidos na legislação vigente.

Como é sabido, torna-se prolongada a jornada e, muitas vezes, penoso o percurso percorrido pelos trabalhadores de minas, mergulhadores, dos portos, em plataformas e nas áreas rurais mais afastadas nos rincões do Brasil.

O artigo 58 da CLT (BRASIL, 1943) garantiu a percepção das horas gastas no trajeto de ida e vinda ao local de trabalho, bem como seus reflexos contratuais. Preconizava o referido artigo:

Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

§1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

§ 2º O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001).

§ 3º Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração. (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006).

No mesmo sentido, em 1978 é editada a súmula 90 do TST (BRASIL, 2016, p. A-23) que veio a cristalizar a questão. *In verbis*:

HORAS "IN ITINERE". TEMPO DE SERVIÇO (incorporadas as Súmulas nºs 324 e 325 e as Orientações Jurisprudenciais nºs 50 e 236 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho. (ex-Súmula nº 90 - RA 80/1978, DJ 10.11.1978)

II - A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas "in itinere". (ex-OJ nº 50 da SBDI-1-inserida em 01.02.1995)

III - A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas "in itinere". (ex-Súmula nº 324 - Res. 16/1993, DJ 21.12.1993)

IV - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas "in itinere" remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público. (ex-Súmula nº 325 - Res. 17/1993, DJ 21.12.1993)

V - Considerando que as horas "in itinere" são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo. (ex-OJ nº 236 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001).

Em relação ao pagamento pelo empregado do transporte fornecido, o TST, por meio da súmula 320 (BRASIL, 2016, p. A-95) veio a consolidar a questão, como se segue:

HORAS "IN ITINERE". OBRIGATORIEDADE DE CÔMPUTO NA JORNADA DE TRABALHO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, não afasta o direito à percepção das horas "in itinere".

A CLT considera como de serviço efetivo o período em que o empregado está à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada. Cabe, neste ponto, diferenciar os conceitos de horas *in itinere* e de horas extras. Aquelas, integram o período da jornada. Estas, são o período de tempo laborado além da jornada.

Outra característica é que as horas *in itinere* eram concedidas em casos bastante específicos e, anteriormente à Reforma, podiam ser fixadas por meio de negociação coletiva, como se destaca na obra "CLT comentada por juízes da 4ª Região":

[...] sendo o empregador microempresa e/ou empresa de pequeno porte, o tempo médio despendido pelo empregador, bem como a forma e a natureza da remuneração podem ser fixados por meio de acordo ou convenção coletiva. (SOUZA, 2017, p. 73).

Depreende-se da conceituação que dois elementos caracterizam a incidência das horas *in itinere*, o local de difícil acesso e o fornecimento de transporte pelo empregador ou poder público.

2.1 Local de difícil acesso

Na configuração das horas *in itinere* um requisito intrínseco para o cômputo das horas é a definição do que vem a ser o local de difícil acesso. Este, por sua vez, é dotado de valor subjetivo, pois, deve haver um certo esforço ou dificuldade na chegada ao local de trabalho.

Muitos empregados não são proprietários de veículos, sendo certo que há um longo período de tempo a ser despendido até os postos de trabalho em empresas e fábricas que estão localizadas longe dos grandes centros urbanos.

Como bem destaca Russomano Neto, a concessão de transporte pela empresa não é uma regalia disponibilizada ao empregado. Segundo o doutrinador

[...] embora a real benesse se encontre em favor das empresas, que optam por se instalarem em locais de difícil acesso, pois assim gozam de suficiente demanda de mão de obra sem qualquer percalço ou dificuldade desta natureza. (RUSSOMANO NETO, 2018, p. 515).

Assim, claramente fica demonstrado que o interesse na captação de empregados que se disponibilizem em despendere tempo de deslocamento até o local do labor é, em verdade, da empresa.

Por certo que a súmula 90 do TST (BRASIL, 2016, p. A-23) veio consagrar esse tempo como computado nas horas da jornada de trabalho. Desta feita, o conceito de subordinação vai além do tempo à disposição no local de trabalho propriamente dito, abrangendo aquele utilizado no deslocamento.

2.2 Transporte público regular

Um dos requisitos na configuração das horas *in itinere* é o da inexistência de transporte público regular, sendo este considerado qualquer meio de transporte fornecido pelo poder público.

Complementando a definição, destaca-se que deve haver a periodicidade no meio de transporte fornecido na medida em que o trabalhador possa contar com a regularidade da prestação.

Anteriormente ao advento da Reforma Trabalhista, a incompatibilidade entre a jornada de trabalho e a prestação de transporte público ou a insuficiência na sua prestação geravam o cômputo na jornada laboral. Conforme demonstra jurisprudência do TRT4:

HORAS IN ITINERE. Devido o pagamento de horas *in itinere* quando restar comprovado que inexistente transporte público regular servindo o local de trabalho do empregado, nos termos do item I, da Súmula 90 do TST (BRASIL, 2018a).

Apesar de haver algumas características específicas não é tarefa difícil a sua conceituação. Presentes o oferecimento de transporte público e sua regularidade, nada há que se falar em horas *in itinere*.

2.3 Transporte fornecido pelo empregador

Um dos requisitos configuradores das horas *in itinere* era o fornecimento de condução pelo empregador. Nesses casos, não restava caracterizado o cômputo das horas quando o empregado se utilizava de meios próprios para chegar ao local de trabalho de difícil acesso. O TRT4 vinha decidindo neste sentido:

HORAS IN ITINERE. O fornecimento de transporte pela empresa ao empregado, aliado à incompatibilidade entre os horários do início ou fim da jornada de trabalho e do transporte público regular, gera o direito às horas *in itinere*. Aplicação do item II da Súmula n. 90 do TST (BRASIL,2017b).

Outra questão referente ao transporte é que, em caso de utilização de veículo próprio, o trabalhador não fazia *jus* a percepção das horas, segundo

jurisprudência dominante, como demonstra recente ementa de nosso Egrégio Tribunal:

HORAS IN ITINERE. VEÍCULO PRÓPRIO. Como o empregado deslocava-se em veículo próprio, não faz jus ao pagamento das horas *in itinere*. Recurso da reclamada ao qual se dá provimento no aspecto (BRASIL, 2018b).

Rodrigo Trindade de Souza, lecionando acerca das horas *in itinere* percebidas quando da existência de trajeto misto, cita Homero Batista Mateus da Silva, que esclarece:

[...] a solução mais razoável é aquela de separar igualmente os dois trechos para fins de cômputo da jornada. Do instante em que sai de casa até o instante em que desce do ponto final da última linha de ônibus da cidade, o trabalhador não é considerado à disposição do empregador, inserindo-se esse tempo e essa demora, com todos seus percalços, dentro das dificuldades inerentes ao contrato de trabalho. Porém, o trajeto que se seguir do ponto final até a chegada à empresa já será considerado tempo à disposição do empregador, haja vista a permissa adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que o empregado deve se sujeitar a todas as condições de transporte coletivo, mas não às condições de ausência de transporte coletivo (SOUZA, 2017, p.73 apud SILVA, 2015, p. 31-2).

Portanto, era prática comum o fornecimento de transporte pelo empregador. Situação esta que sofrerá alterações após as recentes modificações legislativas.

3 A REFORMA TRABALHISTA E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS HORAS IN ITINERE

Em 2017, a comunidade jurídica trabalhista recebeu a Lei nº 13.467/2017 (BRASIL, 2017a), a chamada “Lei da Reforma Trabalhista”. Tal Lei veio a trazer grandes modificações no corpo da CLT.

Entre as alterações da Reforma trabalhista encontra-se o § 2º do artigo 58 da CLT (BRASIL, 2017a), que trata sobre o pagamento de horas *in itinere*, horas de trajeto ou horas de percurso.

A nova lei é inaplicável aos atos já realizados, por ocasião da junção das normas elencadas nos arts. 912 da CLT (BRASIL, 2017a) e art. 2035 do CC (BRASIL, 2002). Desta feita mantém-se a segurança jurídica em meio a mudanças legislativas. *In verbis*:

Art. 912 - Os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata às relações iniciadas, mas não consumadas, antes da vigência desta Consolidação (BRASIL, 1943).

Art. 2.035. A validade dos negócios e demais atos jurídicos, constituídos antes da entrada em vigor deste Código, obedece ao disposto nas leis anteriores, referidas no art. 2.045, mas os seus efeitos, produzidos após a vigência deste Código, aos preceitos dele se subordinam, salvo se houver sido prevista pelas partes determinada forma de execução (BRASIL, 2002).

Igualmente, o art. 6º da Lei De Introdução às Normas de Direito Brasileiro estabelece o *tempus regit actum*, que garante a preservação do ato jurídico perfeito, como os contratos firmados em tempo anterior à Lei 13.467/2017. Reza o referido artigo: “Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitadas o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.” (BRASIL, 1942).

Resumindo, o quadro a seguir demonstra como o texto ficou:

Redação anterior	Após Lei 13.467/2017 (BRASIL, 2017a)
<p>Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.</p> <p>§ 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. <u>(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)</u></p> <p>§ 2º O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução. <u>(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)</u></p> <p>§ 3º Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.</p>	<p>Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.</p> <p>§ 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. <u>(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)</u></p> <p><u>§ 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017).(Vigência</u></p> <p>§ 3º Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.(Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006)(Revogado pela Lei nº 13.467, de 2017)</p>

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Como demonstra o quadro acima, a alteração legislativa veio a eliminar a possibilidade do trabalhador de ter computado em sua jornada o tempo despendido ao seu local de trabalho, sendo este de difícil ou de fácil acesso. O tempo gasto no deslocamento deixou de ser considerado como tempo à disposição do empregador.

O conceito de local de difícil acesso ou não servido por transporte público regular foi suprimido do parágrafo, logo, deixou de ser relevante o fato da condução ser ou não fornecida pelo empregador dada a não mais contagem das horas.

Como afirma Carlos Eduardo Sabbag Pereira (2018, p. 159-165): “Da maneira que consta do texto legal, as horas de trajeto computáveis na jornada simplesmente foram abolidas, sem qualquer exceção”.

Outra modificação que merece análise é a da possibilidade de microempresas e empresas de pequeno porte não poderem mais negociar por meio de acordo ou convenção coletiva o tempo médio das horas *in itinere*, tendo em vista a supressão do § 3º do artigo 58 da CLT (BRASIL, 2017a). Assim, como houve a mudança relativa à contagem das horas de deslocamento, o legislador concluiu por bem revogar expressamente o parágrafo em tela.

Por fim, ressalte-se que as decisões recentes não aplicam a Lei 13.467/2017 (BRASIL, 2017a), cuja vigência é posterior ao ajuizamento de uma ação trabalhista, bem como aos recursos nela interpostos.

Para algumas empresas, a concessão das horas *in itinere* era considerada como um desestímulo ao empregador que concedia o transporte ao empregado.

O intuito da lei foi, portanto, o de coibir a sua concessão justificando no próprio corpo do texto a não caracterização do tempo à disposição em “não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador”. (BRASIL, 2017a, grifo do autor).

Assim, as empresas que iniciaram o fornecimento do transporte passaram a observar a jornada de trabalho dos empregados a fim de que não se configure horas extras, gerando oneração às mesmas.

Porém, há que se destacar que o conceito de duração normal do trabalho está elencado no artigo 7º, inciso XIII, da CF (BRASIL, 1988) e engloba os períodos de aguardo ou na execução das ordens.

No mesmo sentido, leciona o professor Homero Batista Mateus da Silva (2017a) que, por analogia, o tempo de deslocamento em atividade de mineração elencado no artigo 294 da CLT (BRASIL, 1943) poderá ser utilizado nos casos vindouros.

No âmbito internacional, a Corte de Justiça da União Europeia posicionou-se no sentido de contabilizar o período de deslocamento quando

não há um lugar fixo de trabalho, no caso da abolição de escritórios regionais, por iniciativa das próprias empresas, conforme bem leciona a Procuradora do Trabalho:

Exigir que eles absorvam o fardo da escolha dos empregadores seria contrário ao objetivo de proteger a segurança e saúde dos trabalhadores perseguida por esta diretiva, que inclui a necessidade de garantir a eles um período mínimo de descanso”, continua o texto.

A diretiva a que a decisão se refere é da União Europeia e define que empregados não podem trabalhar mais de 48 horas por semana. (ZIMMERMANN, 2018).

Assim, na decisão ora em comento, observa-se que a tendência é a de resguardar o direito dos trabalhadores à percepção das horas de deslocamento despendidas.

Há que se destacar o recente entendimento da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho realizada em Brasília em 2017, oportunidade na qual o Enunciado 16 foi aprovado. Ficando o texto assim:

Horas de trajeto: hipóteses de cômputo na jornada após a lei n. 13.467/2017. 1. A estrutura normativa matriz do art. 4º da CLT contempla a lógica do tempo à disposição, não eliminada a condição de cômputo quando se verificar concretamente que o transporte era condição e/ou necessidade irrefutável, e não de escolha própria do empregado, para possibilitar o trabalho no horário e local designados pelo empregador, mantendo-se o parâmetro desenvolvido pela súmula 90 do TST, caso em que fará jus o trabalhador à contagem, como tempo de trabalho, do tempo de deslocamento gasto em trecho de difícil acesso ou sem transporte público por meio fornecido pelo empregador, na ida ou retorno para o trabalho. Inteligência do artigo 3º, c, da convenção 155 da OIT. 2. Inaplicabilidade do § 2º do art. 58 da lei 13.467/2017 ao trabalho executado na atividade rural (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 2017).

Por fim, o pensamento cristalizado na magistratura trabalhista tem sido no sentido de que, nas palavras dos magistrados da 4ª Região:

Pensamos que a sociedade deva ver essa supressão como uma pretensão do legislador em trazer mais ofertas de transporte fornecido pelos empregadores, ante a segurança jurídica trazida com a novel legislação, quanto ao não cômputo como jornada laboral o tempo despendido em deslocamento (SOUZA, 2018, p.88).

Logo, depreende-se que o tema ainda irá gerar intenso debate até a sua pacificação na jurisprudência trabalhista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da supressão das horas *in itinere* do corpo da CLT (BRASIL, 2017a) causou polêmica na seara laboral, pois a mudança foi de encontro aos direitos trabalhistas conquistados e cristalizados por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943).

Um dos argumentos dos que veem a Reforma como positiva é o de que um dos objetivos dessa alteração legislativa foi o de estimular as empresas a fornecerem o transporte aos empregados, pois estas não seriam “penalizadas” com o cômputo das horas. Porém, como é sabido, o trabalho torna-se precarizante, na medida em que muitas empresas não fornecem mais o transporte e os empregados passam a se valer de veículos superlotados, motocicletas, resultando no mais das vezes em acidentes de trabalho.

Consoante as lições de Homero Batista Mateus da Silva¹ (2017b), a população rural será uma das mais prejudicadas e castigadas com essas mudanças. Da mesma forma, leciona que, por mero expurgo legislativo a jornada de 9 horas não se transforma em uma jornada 8 horas. (Por não ter o tempo de deslocamento computado na jornada).

Todavia, apesar de haver incontáveis razões para a inconstitucionalidade do dispositivo, (PEREIRA, 2018, p.159-165) até que ocorra uma ação direta de inconstitucionalidade ou uma ação declaratória de constitucionalidade, deve prevalecer o disposto no § 2º do artigo 58 da CLT (BRASIL, 2017a).

Enfim, a retirada do tempo de deslocamento da jornada de trabalho acaba por transferir o risco da atividade econômica ao empregado, situação esta que leva a um ônus sofrido pelo trabalhador. A atividade econômica exercida em um local de difícil acesso passa a ser por conta e risco do empregado, gerando um retrocesso no ordenamento jurídico pátrio.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (ANAMATRA). Enunciados aprovados na 2ª Jornada. In: JORNADA DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 2, 2017, Brasília, DF. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANAMATRA, 2017. Disponível em: <http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados.asp>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.657**, de 4 de setembro de 1942. Lei e Introdução às normas do Direito Brasileiro. 1942. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm>. Acesso em: 22 jul. 2018.

¹ O autor faz precisa análise do tema em questão por meio de sua página pessoal na rede social “Facebook”, citado nas referências deste trabalho.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro 2002. Código Civil Brasileiro. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região). **Recurso Ordinário nº 0000942-84.2015.5.04.0611**. Relator: Claudio Antônio Cassou Barbosa. Porto Alegre, 20 de abril de 2018. 2018a. Disponível em: < <https://www.trt4.jus.br/pesquisas/rest/cache/acordao/pje/KUEUshz8WuxNdWGiwlwxA?&tp=itinere+transporte+publico+regular>> Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região). **Recurso Ordinário nº 0020465-76.2017.5.04.0461**. Relator: Gilberto Souza dos Santos. Porto Alegre, 22 de maio de 2018. 2018b. Disponível em: < https://www.trt4.jus.br/pesquisas/rest/download/acordao/pje/x_Q6S6Y-eflDiCWOCMiaZw>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região). **Recurso Ordinário nº 002070848.2015.5.04.0733**. Relator: Clovis Fernando Schuch Santos. Porto Alegre, 24 de maio de 2017. 2017b. Disponível em: < <https://www.trt4.jus.br/pesquisas/rest/cache/acordao/pje/lojZMeAavXRgib79Mr9zxQ>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Secretaria-Geral Judiciária. Coordenadoria de Jurisprudência. **Súmulas, Orientações Jurisprudenciais (Tribunal Pleno / Órgão Especial, SBDI-I, SBDI-I Transitória, SBDI-II e SDC), Precedentes Normativos**. Brasília: Impressão e acabamento: Coordenação de Serviços Gráficos - CSG/SEG/TJDFT, 2016. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/63003/Livro-Internet.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PEREIRA, Carlos Eduardo Sabbag. A reforma trabalhista e as horas de trajeto computáveis na jornada de trabalho. **LTr Suplemento Trabalhista**. São Paulo, v. 54, n. 031, p. 159-165, jun. 2018.

RUSSOMANO NETO, Mozart Victor. Horas *in itinere*: caracterização, trajeto interno, portão de acesso local demarcação do ponto: breve análise ao entendimento do TST quanto à aplicação analógica da orientação jurisprudencial transitória nº 36 da SDI-1. **LTr Suplemento Trabalhista**. São Paulo, v. 44, n. 103, p. 515-516, 2008.

SASSO, Rodrigo Inocente. Breves ponderações acerca das horas *in itinere*. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v.41, n.1, p.84-91, jan./jun. 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017a.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Inconstitucionalidade 001**. Menlo Park: Facebook, 19 jul. 2017b. Disponível em: < <https://www.facebook.com/professorhomero/posts/2008855182671116>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SOUZA, Rodrigo Trindade (Coord.) et al. **CLT comentada pelos juizes do trabalho da 4ª Região**. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2017.

SOUZA, Rodrigo Trindade (Coord.) et al. **CLT comentada pelos juizes do trabalho da 4ª Região**. 3. ed. rev e ampl. São Paulo: LTr, 2018.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. **As horas *in itinere* foram mesmo suprimidas pela reforma trabalhista?**. [S.l.]: JOTA, 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reforma-trabalhista/horas-in-itinere-reforma-trabalhista-12072018>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região). **Recurso Ordinário nº 0021085-69.2016.5.04.0511**. Relator: João Paulo Lucena. Porto Alegre, 02 de março de 2018. Disponível em: < https://www.trt4.jus.br/pesquisas/rest/cache/acordao/pje/SiWaEpHW2hpd57ONU_-GOg?&tp=hora+itinere>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BARBOSA, Magno Luiz. Alterações na duração do trabalho e seus reflexos na relação de emprego. **Reforma trabalhista em debate**: direito individual, coletivo e processual do trabalho, São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Curso de direito processual do Trabalho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LUDOVICO, Giuseppe. A proteção do trabalhador no trajeto entre casa e trabalho: a disciplina italiana do acidente *in itinere*. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 43, n. 180, p. 189-215, ago. 2017.

MELLO, Rayane Silva. Horas *in itinere* e as limitações constitucionais à negociação coletiva. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 84, n. 1, p. 231-254, jan. 2018.

MOURÃO, Natália Lemos. A inconstitucionalidade da jornada do trabalho na reforma trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 43, n. 184, p. 19-36, dez. 2017.

SEVERO, Valdete Souto. A desconfiguração do processo do trabalho: benefício exclusivo para os empregadores. **Comentários à Lei 13.467/17**: contribuições para um enfrentamento crítico. Porto Alegre: HS, 2017.

SILVA, Fábio Luiz Pereira da; MARTINS, Rafael Tárrega. Horas "in itinere": tratamento no Brasil e na Espanha. **Revista Nacional de Direito do Trabalho**, Ribeirão Preto, n. 124, ago. 2008.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado: jornadas e pausas**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 2.

SILVA, Renato Barbosa da. A extensão do cômputo e do pagamento das horas *in itinere* a todas as categorias de trabalhadores: uma proposta interpretativa. **Direito do trabalho**: tendências e perspectivas. Belo Horizonte: RTM Editora, 2012.

TEIXEIRA FILHO, João de Lima. As horas *in itinere* e a reforma trabalhista. **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista: principais alterações. São Paulo: LTr, 2018.